

# *A Cabeça do Educador*

Paulo Ghiraldelli Jr.

A *história das mentalidades* está na moda. E não por falsos méritos. De fato, sem o conceito ainda que vago, porém útil, de "mentalidade", várias situações humanas perderiam uma das possibilidades mais interessantes de abordagem histórica. Parece que é esse o caso da situação histórica que vamos colocar em discussão neste artigo. Isto é, este texto pretende, no estilo da história das mentalidades, fornecer uma contribuição para a abordagem de certos aspectos característicos do pensamento dos intelectuais da Educação no Brasil republicano.

O historiador das mentalidades, como qualquer outro historiador, não deve se furtar de se debruçar exaustivamente sobre o material empírico. E este material empírico deve conter o máximo de informações sobre o comportamento prático das pessoas do passado que o historiador tem como objetos de estudo. Todavia, também é permitido, e até aconselhável, ao historiador

das mentalidades investigar os textos, as construções teóricas, em que à primeira vista encontraríamos mais a "ideologia" do que a "mentalidade"(1). Assim, observando certas construções teóricas de um grande educador - Anísio Teixeira, por exemplo -, não é difícil notar características que se circunscrevem no âmbito da mentalidade não só dele próprio, mas também de toda a sua categoria profissional num tempo histórico considerável. Um exemplo se faz necessário.

Anísio Teixeira, nos anos 30, entendia que o mundo caminhava para a democracia, que, segundo ele, era o regime sócio-político de maior respeito à "individualidade" de cada pessoa. A escola, que deveria se adaptar aos novos tempos, teria que cultivar a individualização dos métodos e esforçar-se para educar os jovens, habilitando-os não na posse de um saber erudito, mas sim na solução de problemas (2). Como se vê, o raciocínio de Anísio pode ser dividido em duas partes: num primeiro momento, a "análise do real" (o mundo caminha para a democracia); na segunda parte, a normatividade, as diretrizes para a educação (a escola deve individualizar seus métodos e educar para a resolução de problemas). É claro que a primeira parte da argumentação de Anísio já nos parece problemática. Afinal, nos anos 30, para qualquer pessoa que se mantinha minimamente informada, era perceptível que

Paulo Ghiraldelli Jr. - Doutor em Filosofia e História da Educação pela PUC-SP e Professor da UNESP.

(1) Sobre este assunto ver:

VOVELLE, M. Ideologias e mentalidades: um esclarecimento necessário. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

(2) Esta argumentação, bem como as referências necessárias podem ser encontradas em:

GHIRALDELLI Jr., P. *Pedagogia e Luta de Classes no Brasil (1930-1937)*. Ibitinga-SP, Humanidades, 1991, p. 103-104.

o mundo não caminhava para a democracia; e mesmo que Anísio estivesse argumentando baseado na observação de um período maior da história, como aquele compreendido entre o fim do Antigo Regime e o advento das democracias representativas modernas, ainda assim ele não poderia afirmar o que afirmou e, mais que isso, não poderia tomar tal "análise" como base para uma pedagogia ou política educacional. Ora, diante disso, como entender o comportamento, ou melhor, a argumentação de Anísio?

À primeira vista poderíamos dizer que Anísio era adepto de uma *filosofia da história* que colocava a democracia não só como um valor máximo, mas também como o ponto culminante da evolução dos povos. Tal afirmação pode ser correta, mas um historiador honesto e competente deveria ter cuidado para ir adiante. Seria arriscado, senão impossível, garantir que foi essa filosofia da história, ou qualquer outra forma de ideário racionalmente organizado, que motivou e dirigiu o comportamento de Anísio.

Poderíamos, ainda, dizer que Anísio era um intelectual com *compromisso ideológico-político* com a democracia americana e, mais que isso, que ele possuía um horizonte teórico afinado com os interesses de setores sociais modernizadores, etc. Mas também aí fica difícil querer colocar tais coisas como motivos para o comportamento intelectual de Anísio. O historiador pode, segundo a sua avaliação explícita, dizer, *a posteriori*, que o comportamento de Anísio estava, ou melhor, ficou comprometido com esta ou aquela classe ou grupo social. Entretanto, não pode, somente a partir de tal fato, inferir que esse compromisso existia enquanto ideologia assumida racionalmente por Anísio, e que esta ideologia determinou esse comportamento intelectual específico.

É fácil verificar, na observação da primeira parte do raciocínio de Anísio, que ele tomou o *dever ser* pelo *ser*; e projeto político por "realidade". Todavia, para além ou para aquém de seus gostos ideológico-políticos e filosóficos, Anísio atuou de acordo com o modo de agir de sua corporação - a categoria dos educadores - que é um comportamento prático passível de ser observado pelo historiador. Os educadores, até pela própria essência da Pedagogia, possuem uma *mentalidade normativa*, isto é, uma mentalidade que privilegia o normativo, que faz com que, nas entrelinhas e de certo

modo "inconscientemente", o normativo seja a parte realmente importante nos seus discursos. Por isso, o que realmente vale para Anísio é a individualização dos métodos pedagógicos, é a educação para solução de problemas, porque esta é a parte normativa do seu discurso. No "inconsciente" ou no "subconsciente", isto é, na mentalidade do educador, está a idéia de que é a norma que vale, e a análise do real pode ser qualquer uma desde que se possa ligá-la à norma. Na verdade, a "análise do real", que aparece no encadeamento expresso do raciocínio de Anísio e que constitui sua primeira parte, não legitima a norma, mas é por ela legitimada. Por isso, Anísio não se preocupou muito em explicitar, na "análise do real", algo que correspondesse a uma verdade ou empírica ou lógica, pois tal "análise" está ali como argumentação retórica (que quer a adesão do leitor pela empatia emocional), embora a forma do discurso possa ser silogística (a exposição dedutiva pretende obter a adesão do leitor por intermédio de rigor lógico, independentemente da empatia). Anísio não era um bobo, ele sabia que o mundo não caminhava para a democracia, ele sabia que o que expressava era uma filosofia da história, mas isso não importava tanto assim, uma vez que o seu discurso era legitimado pela segunda parte e não, como se deveria e se deve fazer em ciência, pela primeira. Observando o comportamento intelectual dos educadores mais famosos de hoje, não é difícil conjecturar que Anísio agia desse modo, mais retoricamente que cientificamente, por considerar seus interlocutores "público interno" - pessoas da "Educação", sempre dispostas a se alimentarem mutuamente com os discursos de suas lideranças (3).

Porém, um historiador das mentalidades que investiga o campo pedagógico não pode se contentar apenas com a identificação, num determinado intelectual da Educação, de um tipo de mentalidade. Mesmo que isso possa descrever melhor a confusão entre *ser* e *dever ser* em Anísio Teixeira e em outros educadores, inclusive nos mais famosos de nossos tempos, é preciso ir além para escaparmos daquilo que muitos diriam que é o óbvio. É preciso fazer perguntas. É preciso fazer história levantando hipóteses e formulando, sem medo, heurísticas.

Por que não algum questionamento incidente nas relações entre educadores e Estado Moderno? Afinal, não desconhecemos que o "filósofo-pedagogo" da Idade Média ou do Antigo Regime tinha uma representação de sua prática e de sua atuação social bastante distinta da do atual intelectual da educação (professor universitário que após alguns sucessos acadêmicos e/ou políticos se torna condutor de um setor da "política social" de caráter liberal ou social-democrata). A mentalidade

(3) A idéia de observação e consideração das "práticas" para a compreensão das atitudes e pensamentos do passado, e não exclusivamente das ideologias e afins, encontra em Paul Veyne seu mais ardoroso defensor. Ver: VEYNE, P. *Cómo se Escribe la Historia/Foucault Revolucionaria la Historia*. Madri, Alianza Editorial, 1971.

\_\_\_\_\_. *Acreditaram os Gregos nos seus Mitos?* Lisboa, Edições 70, 1987.



normativa do educador teria alguma ligação com um núcleo mais interno formado por uma "mentalidade estatal", produto das relações modernas entre educadores e Estado, entre educadores e "políticas públicas"?

Os educadores brasileiros, conservadores, liberais, social-democratas, comunistas e até mesmo libertários são "estatistas". Isto é, independentemente da defesa ou não da intervenção do Estado, ou do caráter do Estado escolhido, ou mesmo da idéia de "fim do Estado", eles enxergam, formulam, conceituam a Educação pela *ótica do Estado* (4). Este não diz para os historiadores o que é a História, para os sociólogos o que é a Sociologia e para os economistas o que é a Economia, no mesmo grau em que diz para os educadores *o que é a Educação*. E a educação, neste caso, é norma, pois se apresenta pela única maneira que a relação Estado-sociedade permite: por meio das políticas, no caso a política educacional interna a uma "política social" ou coisa parecida. De certo modo, quando observamos os textos dos educadores, para não falar do comportamento pessoal e da prática social, política e moral, é difícil desconsiderar a idéia de que a Educação não é mais nem mesmo uma área de estudo, de investigação, mas apenas uma secretaria de Estado, isto é, uma "área" posta pelo Estado. Parece que essa relação do Estado com a sociedade e, em especial, com os educadores, nos tempos atuais, potencializa e até mesmo, em certos aspectos, se responsabiliza mesmo pela vida da mentalidade normativa, núcleo fundamental da mentalidade dos intelectuais da Educação. Esta mentalidade se choca frontalmente com a "mentalidade científica", exigida pela Universidade (e pelos próprios educadores) para o trabalho didático e principalmente para o trabalho de pesquisa.

Os gregos utilizavam na demonstração/defesa de uma "verdade" três tipos de argumentação: o silogismo, que era o encadeamento dedutivo de sentenças; a retórica, que consistia no discurso apaixonado no sentido de provocar a empatia; e a citação dos poetas dos tempos heróicos, a argumentação pelo uso do juízo de autoridade. Os Modernos acrescentaram mais uma maneira de demonstração/defesa de uma "verdade": a verificação empírica (acoplada ao raciocínio indutivo). Ora, a mentalidade dos educadores está mais impregnada da retórica e do juízo de autoridade e, ainda assim, de forma qualitativamente ruim, pois o texto pedagógico poucas vezes tem a elegância e a paixão necessárias para provocar um legítimo efeito retórico e/

ou poucas vezes remete a fontes que realmente tenham algum tipo de autoridade tradicional que justifique sua sustentação mediante exclusiva citação de outros autores. Como se vê, de todos os tipos de argumentação, o discurso pedagógico prefere os menos científicos e, mesmo dentro de suas opções, pouco se esmera. Os educadores possuem apenas um crivo para o julgamento de seus próprios discursos: ele tem de possuir a mesma força que lhes parece ter o discurso posto pelo Estado que, forjando a política educacional, define *o que é a Educação*. Na verdade, os educadores são "monoteístas" - acreditam num único deus: o Estado. A "mentalidade estatal" é prima-irmã da mentalidade normativa, ou talvez seja mesmo o seu núcleo e o seu alimento.

É óbvio que tudo isso são hipóteses. Seriam estas hipóteses mais válidas que aquelas possíveis para uma história opositora da história das mentalidades? Talvez uma pergunta que só tenha validade enquanto pergunta, enquanto sugestão para...fazer pensar, mas não, de fato, para responder. A resposta, digamos, quebraria o encanto.

A história das mentalidades, portanto, exige que o historiador não se situe fora do mundo. Isto é, se é certo e óbvio que o historiador deve continuar a evitar os anacronismos, não é certo que ele deva, para descrever o comportamento de homens do passado, esquecer dos vários motivos que ele leva em conta quando julga os homens do presente no seu cotidiano. Para o historiador da educação que conhece educadores, que se relaciona com eles nos corredores da Universidade e que, de certo modo, talvez seja também um deles e no seu cotidiano julga esses intelectuais pelas suas "manifestações de mentalidade", seria errado desconsiderá-las quando se trata de compreender melhor um Anísio Teixeira ou qualquer outro educador do passado. Se o passado não é o presente, e isto é certo, não quer dizer que tudo que um dia esteve vivo hoje já se extinguiu, e isto é mais certo ainda. Por isso, e por muitas outras coisas, a história das mentalidades está na moda, não sem méritos. ■

(4) Para a reflexão sobre a relação entre o Estado e educadores ver: SCHOPENHAUER, A. *Sobre a Filosofia Universitária*. São Paulo, Pólis, 1991.